10º FEPEG FÓRUM ENSINO · PESQUISA EXTENSÃO · GESTÃO
RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
Realização: Unimontes MINAS GERAIS
Apoio: FAPEMIG FADENOR
ISSN 1806-549 X

Autor(es): ANDRESSA ÂNGELA SIQUEIRA

DESIGUALDADE DE GÊNERO[1]

Resumo
A disparidade de posições sociais ocupadas por homens e mulheres são notáveis na sociedade. Muitas pesquisas têm sido realizadas a fim de esclarecer as possíveis causas da opressão que as mulheres sofrem dos homens na história da humanidade, isto porque os sistemas de dominação do feminino podem ser verificados em várias culturas do mundo. Assim, será considerado, nesse breve levantamento bibliográfico, os estudos feministas da área da antropologia e da história que fizeram uma nova leitura da divisão de gênero, entre o masculino e o feminino, procurando explicar os eventos que naturalizaram um "confinamento" da mulher no ambiente doméstico, uma vez que este passou a ser tratado como o lugar do feminino e, por conseguinte, promoveu a anulação da participação de mulheres no âmbito das tomadas de decisões na vida pública. Em suma, compreende-se, desses estudos que, ainda na contemporaneidade, se evidencia a reprodução da dicotomia hierarquizada masculino/feminino.
Palavras-chave: História; Desigualdade; Gênero.

Introdução

As organizações sociais ocidentais têm, majoritariamente, uma visão funcionalista que pode ser explicada com base na sociologia do clássico Émile Durkheim. Esta visão promoveu padrões e proporcionou a constituição de hegemonias, ou seja, as relações de poder que foram constituídas se perpetuaram com o passar das gerações e propulsionaram uma compreensão naturalizante sobre o ser humano. Por isso, o presente texto tem como objetivo apresentar uma análise a respeito do desenvolvimento da desigualdade entre homens e mulheres a partir de textos selecionados dos estudos de Joan Scott (1995), Gayle Rubin (1993), Carole Pateman (1993) e Margareth Rago (1998). Em suma, tais estudos confirmam o lugar que a mulher ocupa resultante de múltiplas determinações culturais, não permitindo, portanto, que ela tivesse as mesmas posições sociais que o homem, sendo este a firmar contratos que legitimaram processos de tanto no ambiente doméstico como no espaço público (PATEMAN, 1993).

Deste modo, estudos como o de Joan Scott (1998), preocupados com a historiografia sobre as mulheres, analisaram o que alguns autores clássicos diziam sobre a submissão das mulheres aos homens e tentaram esclarecer em quais pontos os estudos representavam a realidade. Tanto Gayle Rubin quanto Joan Scott, apresentaram as tentativas de estudiosos e a formação de correntes de pensamento a explicar o desenvolvimento da violência do sexo masculino para com o sexo feminino, como se alguns fatos pudessem ser considerados naturais, sem necessariamente, expressar a desigualdade no tratamento entre homens e mulheres no que diz respeito ao gênero e não sobre suas posições sociais.

Por isso Rago (1998) defende que as mulheres devem escrever a sua própria história, uma vez que é comum as histórias serem contadas pelos dominadores, opressores e vencedores, com o objetivo de impor padrões de comportamento, em suma, de organização social. Posto que, para que a mulher consiga ocupar os mesmos espaços que os homens, sistemas de poder que foram criados devem ser revistos, já que há aspectos culturais, construídos ao longo da história da humanidade, que se cristalizaram e proporcionaram uma sistematização tal que dá instrumentos para ações que reforçam, reprimem, a conservação da mulher em lugares/espaços pré-definidos.

Material e métodos

Este estudo resulta de pesquisa bibliográfica sobre o empoderamento do feminino, em especial, visando uma fundamentação teórica clássica a respeito de estudos sobre mulheres a fim de auxiliar nas atividades de mapeamento de grupos de mulheres na cidade de Montes Claros. Os conceitos trabalhados pelas autoras, evidenciando o que Scott mostrou em sua análise sobre os estudos que dizem respeito ao sexo feminino, mostram a necessidade de considerar o termo gênero em substituição de mulher buscando o reconhecimento de trabalhos acadêmicos e uma aproximação com as problemáticas que envolviam as mulheres. Foi com o desenvolvimento de uma epistemologia feminista que passa a se constituir uma aproximação na/da realidade, fundamentada na opressão de mulheres, ainda que não diretamente contestasse a ordem vigente.

---

[1] Este texto é resultado dos estudos realizados durante estágio vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (Resultado da seleção de estudantes de cursos de Graduação, com o intuito de recebem bolsas de Assistência Estudantil), por meio do projeto Observatório Empoderamento do Feminino: a experiência das mulheres do Noroeste e Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.

ISSN 1806-549 X

Resultados e discussão

O sistema de dominação da mulher começou a ser contestado pelas feministas que perceberam a opressão de gênero, ainda que o uso do termo gênero seja muito discutido, uma vez que mostraram os problemas sobre a generalização das características biológicas, a exemplo da força ou da amabilidade em apenas um dos sexos que moldavam diferentes representações para a sociedade. Tal sistema levou à degradação e à anulação das características individuais, fruto das relações sociais que cada pessoa tem ao longo de sua existência. Ora certas características são oprimidas quando consideradas femininas para os homens, ora são vistas como exclusivas dos homens para serem praticadas por mulheres (SCOTT, 1995).

Para Pateman (1993) a legalização dessa opressão se deu quando o contrato sexual foi desconsiderado nas abordagens que foram feitas do contrato social, situação que legitimou o domínio do homem sobre a mulher, que já estava presente na ordem social patriarcal, o que ocasionou na obtenção da liberdade do homem e supressão do direito de liberdade da mulher. Ou seja, o direito político teve sua origem no direito sexual do homem sobre a mulher, ocorrência que validou a submissão da mulher nas teorias que descreviam o contrato original, levando a legitimação de uma falsa cidadania, pois não abrange a todos da sociedade, visto que as mulheres foram excluídas.

Segundo Scott (1995), na tentativa de buscarem uma explicação para a desigualdade dos sexos, antropólogos e historiadores se basearam em apenas uma teoria do conhecimento. Comumente, com base nas obras de Marx ou com aportes na psicologia, em especial Freud, apresentaram possíveis caminhos para a "descoberta" das causas da opressão entre os sexos. Algumas historiadoras desenvolveram a tese do patriarcado, baseada na explicação da dominação do homem sobre a mulher. As feministas marxistas frisaram na historicidade, mas limitaram suas pesquisas na explicação materialista da exploração. Por outro lado, as escolas psicológicas, que se baseavam em Freud e Lacan, procuravam analisar a partir da infância as explicações para as diferenças sexuais (SCOTT, 1995). Mas, não lidaram com a complexidade de influências sobre a formação e as transformações, ou seja, sobre o que é inato e o que resulta de relações interpessoais na constituição do que é masculino e/ou feminino.

É diante deste contexto que Rago (1998) aponta sobre o problema dos universais, ou seja, a forma como os historiadores descreviam a história das mulheres era errada uma vez que impuseram um padrão de mulher que exaltava uma essência feminina e colocava como naturais, a qualquer mulher, características resultantes de uma sistematização da opressão masculina. Assim, "as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública" (RAGO, 1998, p. 4). É na espera do poder que a legitimação da desigualdade ocorre e essa situação está evidenciada nos meios de produção acadêmica, por isso, a produção acadêmica das/sobre as mulheres contribuiu para trazer alguns ganhos para a humanidade, pois "as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão" (RAGO, 1998, p. 11) que é imposta pela forma de produção do pesquisador que não consegue deixar de ver os fatos com um olhar generificado pela sociedade (RUBIN, 1993).

Para compreender essa generificação, Rubin (1993) diz que é coerente partir do modelo de análise de Engels sobre os sistemas de parentesco, pois estes sistemas conseguem transmitir muitos dados sobre a organização da sociedade, posto que, "eles são construídos a partir de formas concretas de sexualidade socialmente organizada, e as reproduzem" (RUBIN, 1993, p.6). Muitos antropólogos veem que as organizações sociais com base no parentesco foram essenciais para a sociabilidade das pessoas, em especial as análises de Lévi-Strauss, posto que trazem algumas contribuições sobre regras e combinações sexuais que explicam como os comportamentos levaram à objetificação da mulher.

Em certos sistemas de parentesco, estudados por Rubin (1993), as mulheres são trocadas como mercadorias em várias situações para que as relações de poder possam se perpetuar entre grupos de homens. Neste contexto, as mulheres são vistas como objetos de troca, ou seja, não possuem direito sobre seus corpos e sobre seus filhos, sendo, por isso ofertadas pelos homens sem direito de ousarem falar o que desejam, já que têm seus papéis predeterminados pela cultura estabelecida.

> Se as mulheres são objetos de transação, são os homens então que ao dá-las e recebê-las estão ligados entre si, tornando-se a mulher um condutor de relação ao invés de um parceiro nela. A troca das mulheres não implica necessariamente que estas estejam reificadas, no sentido moderno, já que os objetos no mundo primitivo estão imbuídos de qualidades altamente pessoais. Mas ela implica uma diferença entre o presente e o ofertante. Se as mulheres são os presentes, então são os homens os parceiros de troca. E é aos parceiros de troca e não aos presentes, que a troca reciproca confere seu poder quase místico de ligação social (RUBIN, 1993, p. 9).

Rubin (1993) ressalta, ainda, que Freud e Lacan analisaram o desenvolvimento humano desde a infância, procurando provar como a mulher se torna diferente do homem. Para Freud, a feminilidade é consequência da diferença biológica e, em Lacan, o poder de fala do homem inferioriza a mulher. Por conseguinte, eles legitimam a diferença entre os sexos e a inferiorização da mulher. Nesta análise psicológica, o sistema edipiano explica como as mulheres foram oprimidas a se conformar em não terem direito aos mesmos papéis sociais que os homens.

Mas existiram aquelas que resolveram lutar contra esse sistema e procuraram mudar a cultura e os resquícios do passado que ainda existem, se empenhando e procurando escrever a história das mulheres a partir de suas próprias experiências e calcadas num olhar complexo sobre os fatos que legitimam essa cultura sexista. Neste sentido as mulheres lutam para conseguirem o direito de expressarem seu ponto de vista sobre a sua própria trajetória, mesmo que para isso elas tenham que ficar contra os estudiosos que estão inseridos no sistema de sexo/gênero[2] da sociedade, que fazem de tudo para que os estudos feministas sejam esquecidos e que o lugar social que a mulher ocupa não mude (RAGO, 1998). Por conseguinte, a sociedade se organiza de uma forma desigual e voltada para a perpetuação do sistema de sexo/gênero onde as mulheres possuem seu lugar já cativo e de privação de diretos de cidadania.

Nesta situação de opressão, mesmo que os estudiosos quisessem apreender as possíveis causas do sistema de dominação masculina, as respostas mais prováveis deveriam ser baseadas em um estudo da desigualdade do sexo feminino em diferentes espaços e contextos sociais. Desta forma, incluiria as experiências pessoais sobre a intersecção de preconceitos, que vai desde as mulheres de classe média que conseguem ter acesso ao conhecimento produzido sobre a desigualdade de gênero, até mesmo as mulheres da periferia que vivem estes preconceitos todos os dias em seus empregos ou dentro da própria casa.

Considerações finais

Nesta discussão sobre a desigualdade de gênero, Rubin (1993) afirma que o sistema de parentesco legitima a desigualdade entre os sexos, uma vez que por meio da família, entre outras instituições, as crianças assimilam quais são as "leis sociais" que devem seguir, estabelecidos os modos de pensar, agir e sentir pela sociedade que lhe coage para certas escolhas: casamento, como exemplo. Assim as mulheres são obrigadas em muitas sociedades a aceitarem o matrimônio e tantas funções sociais meramente por serem mulheres, justificativa que faz com elas sejam inferiorizadas e dominadas pelos homens ao ponto de serem tratadas como mercadorias por estes.

Para Scott (1995) alguns estudiosos falharam ao tentar analisar a história da opressão de gênero, pois eles usaram teorias e métodos que não foram capazes de explicar as verdadeiras causas do surgimento da desigualdade de gênero, e nem os mecanismos que fizeram com que este sistema se intensificasse com o passar do tempo. Pelo contrário, eles pensaram que poderiam explicar todas as diferentes formas de comportamento feminino, ocasionados pelas múltiplas influências sociohistóricas generalizando as características do sexo feminino.

Por conseguinte, como diz Rago (1998), é através de um novo olhar sobre a ciência que a história das mulheres poderá ser contada, pois quando se aborda a questão das relações sociais entre homens e mulheres na história, percebe-se como as análises eram centradas no homem e ignoravam a presença da mulher. Mesmo em contextos de convívio social que contam com a presença de mulheres e a ocupação de espaços ditos masculinos, essa dicotomia se mantém, quando não muito ainda há a proibição de certas práticas, legitimando, assim, o poder masculino sobre a mulher.

Agradecimentos

À orientadora Daliana Antonio e o financiamento do estágio por meio da Pró-Reitoria de Extensão da Unimontes, e a minha família que sempre me apoiou e me deu força.

Referências Bibliográficas

PATEMAN, Carole**. O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de janeiro: Paz e Terra,1993.
RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: MASCULINO, FEMININO, PLURAL. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres**: Notas sobre a "Economia Política" do Sexo. Recife: S.O.S Corpo, 1993.
SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação Realidade, 1995.

[2] Sistema sexo/gênero é uma denominação da antropóloga Gayle Rubin para explicar "um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos de atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (RUBIN, 1993, p.2).